

Universidade Federal de Alfenas - Unifal- MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA

Ulisses Wandair da Costa

DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA NO BRASIL NOS ANOS DE 2016 E 2021

Varginha

2022

Universidade Federal de Alfenas - Unifal- MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA

Ulisses Wandair da Costa

DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA NO BRASIL NOS ANOS DE 2016 E 2021

Trabalho de conclusão de PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciência e Economia.

Orientadora: Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva.

Varginha
2022

Universidade Federal de Alfenas - Unifal- MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA

Ulisses Wandair da Costa

DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA NO BRASIL NOS ANOS DE 2016 E 2021

A banca examinadora abaixo, aprova o Trabalho de Conclusão de Piepex apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: 19/08/2022

Membros da Banca Examinadora:

NOME: Ana Márcia Rodrigues da Silva

NOME: Débora Juliene Pereira Lima

NOME: Lora dos Anjos Rodrigues

Varginha

2022

RESUMO

Uma questão relevante ao analisar a dimensão da pobreza de um país é tentar visualizar a sua duração no espaço e no tempo. Isto porque a pobreza, do ponto de vista analítico, não é estática, ou seja, a pobreza é um processo dinâmico. Assim, pessoas que não são consideradas pobres em um período podem se deparar com uma condição de pobreza imposta por fatores sociais ou econômicos a qualquer momento. À vista disso, o presente estudo tem como principal objetivo analisar e decompor a pobreza por insuficiência de renda no Brasil nos anos de 2016 e 2021, a fim de captar a sensibilidade da pobreza em um período de recessão econômica diante da pandemia da Covid-19. Para esse fim, são utilizados os microdados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos escolhidos para o cômputo e decomposição dos índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT). Em linhas gerais, pode-se observar que a proporção e intensidade da pobreza aumentaram no período de crise econômica. Os grupos populacionais que mais contribuíram para a pobreza foram: mulheres, pardos, com ensino fundamental incompleto, ocupados no setor de agricultura e serviços domésticos, residente da região nordeste e da zona urbana.

Palavras-chave: Pobreza; Insuficiência de Renda; Linha de Pobreza; Foster-Greer-Thorbecke (FGT).

ABSTRACT

A relevant issue when analyzing the dimension of poverty in a country is trying to visualize its duration in space and time. Poverty, from an analytical point of view, because it is not static, that is, poverty is a process. Thus, people who are not so strong for an economic period can be considered to have a condition of poverty imposed by social factors or at any time. To this, Brazil has as its main view the poverty study of the income function in the 2021 study, an end of capturing the sensitivity of poverty in a study period study and economic-economy 2021 Covid-19 . For this purpose, microdata are used for the Sample or Design of the National Survey by Amosílios for The Design of the National Survey by Amos (PNDC or Computation) of the chosen years and composition of the Greer-Greer-FGT (FGT) indices. In general terms, it can be observed that the proportion and intensity of the improvement did not increase the economic crisis. The population groups that are the main sectors of the rural region of the urban region were: workers in the rural region and the urban sector.

Keywords: Poverty; Insufficiency of Income; Poverty Line; Foster-Greer-Thorbecke (FGT).

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT NO BRASIL EM 2016 E 2021	21
TABELA 2 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POBREZA POR SEXO NO BRASIL.....	22
TABELA 3 – DECOMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT POR SEXO NO BRASIL ...	23
TABELA 4 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POBREZA POR COR OU RAÇA NO BRASIL.....	23
TABELA 5 - DECOMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT POR COR OU RAÇA NO BRASIL.....	24
TABELA 6 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POBREZA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO BRASIL.....	25
TABELA 7 - DECOMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO BRASIL.....	26
TABELA 8 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POBREZA PARA O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	27
TABELA 9 – DECOMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT PARA SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	28
TABELA 10 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POBREZA POR GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL.....	30
TABELA 11 – DECOMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT POR GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL	31
TABELA 12 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA POBREZA POR RENDA PARA AS REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO BRASIL	32
TABELA 13 – DECOMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE POBREZA CLASSE FGT POR REGIÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO BRASIL	33

Sumário

1- Introdução	8
2- Conceitualização da pobreza	9
3- Economia e pobreza no Brasil em 2016 e 2021	12
4- Materiais e métodos	18
4.1 Base de dados	18
4.2 Índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT)	18
4.3 Linha de pobreza	20
5- Resultados	21
6- Considerações finais	34
Referências	36

1- Introdução

A incidência da pobreza pode ser compreendida como uma medida que fornece informações sobre a extensão de problemas sociais e econômicos. Isto posto, olhar para a pobreza com base na insuficiência de renda entre diferentes grupos populacionais fornece elementos para o entendimento do perfil da pobreza, levando em conta os grupos mais afetados.

A pobreza por insuficiência de renda se caracteriza por uma situação em que os indivíduos não possuem renda o suficiente para suprir certas necessidades básicas. Assim, estas pessoas possuem renda abaixo de um nível mínimo, denominado linha de pobreza.

Boa parte da população brasileira enfrenta altos níveis de pobreza e se depara com limites no atendimento de suas necessidades mais básicas. Esta situação se deteriora em períodos de crise econômica, em que muitas famílias são afetadas pelo desemprego e diminuição das rendas de subsistência. Isto justifica a importância dos estudos sobre o tema, traçando o perfil da pobreza ao considerar os grupos populacionais mais afetados.

Diante disso, neste trabalho objetiva-se analisar e decompor a pobreza por insuficiência de renda no Brasil nos anos de 2016 e 2021. Assim sendo, neste estudo é utilizada a noção de linhas de pobreza por insuficiência de renda, com base nos parâmetros do Banco Mundial para países em desenvolvimento, em específico, o Brasil. Além disso, para a estimação dos resultados são utilizados microdados extraídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para os anos de 2016 e 2021. A escolha desses anos busca capturar variações nos índices de pobreza do país em um período antes e durante a crise mundial sanitária da Covid-19.

Após a preparação dos microdados realiza-se a decomposição da pobreza no Brasil por grupos populacionais a partir da estimação dos índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT). Neste aspecto, a decomposição da pobreza por diferentes variáveis permite compreender o perfil sociodemográfico das pessoas pobres e, portanto, facilita o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes no combate à insuficiência de renda.

Deste modo, este trabalho está organizado em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, são apresentados alguns conceitos e discussões mais abrangentes a respeito da pobreza na literatura. A terceira seção percorre sucintamente por indagações acerca da conjuntura econômica e social do Brasil em 2016 e 2021, em meio a incidência da Covid-19. Ademais, a quarta seção demonstra os métodos empíricos utilizados para análise do presente estudo, em consonância com a quinta seção, na qual, são analisados os resultados obtidos a partir da decomposição da pobreza. Por fim, são feitas as considerações finais.

2- Conceitualização da pobreza

Pensar em pobreza está além do fato de um indivíduo não ter recursos monetários para atender suas necessidades básicas. Em linhas gerais, uma pessoa é considerada pobre quando tem sua humanidade ameaçada, no que tange a ter autonomia e estrutura para fazer mudanças ao seu redor (LAVINAS, 2002).

A pobreza não envolve um conceito autodefinido, levando em consideração sua alta complexidade, que em grande medida é influenciada por uma gama de fatores econômicos e sociais (BELLU; LIBERATI, 2005). Com isso, a pobreza pode ser estudada sob muitas perspectivas diferentes, logo, a sua interpretação não é uma tarefa tão simples, pois existem muitas maneiras de mensurá-la. Isto porque, dependendo do ponto de vista adotado e dos aspectos que precisam ser destacados, diferentes análises da pobreza podem ser realizadas dentro de uma enorme variedade de estudos possíveis. Porém, quando compreendidas as arbitrariedades e divergências empírico-sociais acerca de qual a melhor maneira de se estimar a pobreza, torna-se possível promulgar políticas públicas em detrimento da mitigação do problema de forma efetiva (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Mormente, essa compreensão acerca da pobreza é reforçada segundo indagações de Romão (1982):

Poucos conceitos são tão difíceis de definir como o de pobreza. Deve ela ser definida em termos absolutos ou relativos? Deve ser considerada como um “juízo de valor”? É para ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou os aspectos não-econômicos também devem ser explicados? A pobreza deve ser compreendida em relação à estrutura sócio-política da sociedade de que faz parte, ou vista independentemente dessa estrutura? Estas questões - e muitas outras poderiam ser lembradas - ilustram a complexidade de que está imbuído o conceito de pobreza (ROMÃO, 1982, p. 1-2).

Adiante, analisando base de informações literárias sobre o tema, a pobreza pode ser classificada como subjetiva, absoluta e relativa. Esta última geralmente se refere à pobreza por insuficiência de renda, às vezes tomando-se os gastos de consumo dos indivíduos como *proxy* de renda (COSTA, 1984).

A pobreza absoluta é definida como uma situação em que as necessidades básicas do indivíduo não são atendidas, levando em consideração que há falta de bens e serviços básicos, como alimentos, roupas e abrigo. Este conceito de pobreza também está fortemente ligado à miséria¹ e pode ser aplicado a todos os países ou a todas as sociedades (SPICKER, 2013). Desta

¹ A definição de miséria pode ser entendida por diversos caminhos, no que tange aspectos da filosofia. Porém, neste trabalho compreende-se miséria como um infortúnio brutal da pobreza. Termo utilizado para generalizar a incapacidade de subsistência dos indivíduos.

maneira, quando se fala da pobreza em termos econômicos, geralmente se dá ênfase em medidas de distribuição de riqueza e de rendimento. Neste aspecto, considera-se que a pobreza absoluta é aquela que evidencia o bem-estar físico de uma pessoa, e relaciona manifestações semelhantes em qualquer coordenada do seu espaço temporal; ou seja, sua sobrevivência sempre estará em destaque (DUCLOS; GUROVITZ, 2002).

Do ponto de vista da pobreza relativa, uma pessoa é considerada pobre quando está em situação claramente desfavorecida financeiramente ou socialmente em relação a outras pessoas em seu ambiente. Neste aspecto, pode-se dizer que esse conceito de pobreza corrobora para a noção de desigualdade, em específico, as desigualdades de renda entre os diferentes grupos (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Portanto, as desigualdades de renda entre os diferentes grupos refletem uma pobreza relativa e, a classificação entre os pobres e não pobres de acordo com este último critério depende do grau de desenvolvimento da sociedade em estudo e não pode ser transferida para outra sociedade.

Quanto ao conceito subjetivo da pobreza, segundo Costa (1984, p. 287):

O conceito subjetivo de pobreza serve não só para se averiguar de que lado da linha divisória da pobreza cada um considera estar, mas também para se analisar a percepção que as pessoas - os cidadãos em geral têm da existência (ou inexistência) da pobreza na sociedade em que vivem, e o modo como qualificam o grau de severidade da pobreza existente. Destes aspectos depende a configuração da opinião pública acerca da pobreza, na qual (opinião pública) está um dos fatores que podem acelerar ou frear o processo de erradicação da pobreza numa sociedade.

Com base no exposto, os estudos subjetivos da pobreza baseiam-se na percepção que o indivíduo ou próprios agregados familiares têm da sua situação. Assim, esta forma de entender a pobreza é basicamente influenciada por uma visão subjetiva que as famílias têm de sua situação financeira, principalmente em oposição à visão objetiva de que os formuladores de políticas podem pensar sobre sua situação ou o foco objetivo que usa apenas variáveis observáveis e mensuráveis (SOARES, 2009).

Particularmente no campo das ciências sociais e de pesquisas de desenvolvimento econômico há uma grande presença de estudos que buscam identificar a incidência da pobreza em uma determinada sociedade ou país. Em relação às políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e extrema pobreza², as medições são geralmente o primeiro passo para que

² A extrema pobreza é um conceito amplamente complexo na literatura e se refere a uma condição em que o indivíduo não consegue sequer suprir as necessidades nutricionais. Quando a extrema pobreza é limitada apenas a insuficiência de renda, no caso do Brasil, o Banco Mundial sugere uma linha de pobreza extrema de US\$ 1,90 *per capita* ao dia.

essas políticas venham a ser promulgadas, pois ajudam a decidir quais tipos de políticas podem ser formuladas e para quais camadas da população devem ser orientadas.

Além disso, para a identificação da população pobre, normalmente, são estabelecidas linhas de pobreza. A noção de linhas de pobreza com base na insuficiência de renda é utilizada, por exemplo, no âmbito dos critérios de mensuração do desenvolvimento dos países, quando procura-se mensurar qual é a proporção da população que está enfrentando uma situação de pobreza ou extrema pobreza. Segundo Rama e Fernández (1997):

This is perhaps the more widely used method and the one adopted in the first attempts to attain quantitative assessments of poverty. According to this approach, a household -the unit generally considered, as mentioned before- is classified as poor if its income or aggregate expenditure is less than the value of a given "poverty line". The poverty line is a normative concept: it represents the aggregate value of all the goods and services considered necessary to satisfy the unit's basic needs. Therefore, this approach requires, in the first place, determining the poverty line and, secondly, obtaining data on households income or expenditures distribution. Afterwards, one or more dimensions of poverty can be synthesized using alternative indices (RAMA; FERNÁNDEZ, 1997, p.13).

Com isso, do ponto de vista da metodologia objetiva, são usadas linhas de pobreza para classificar as pessoas pobres ou não pobres dependendo de qual lado da linha os indivíduos estão situados (PIZZIO, 2010). Essas linhas normalmente expressam valores monetários para medir a pobreza. Então, elas refletem o valor dos recursos necessários para manter um nível mínimo de bem-estar e, então, medir o custo envolvido na compra de uma cesta de produtos essenciais, geralmente bens e serviços que permitem que uma pessoa atinja níveis mínimos de satisfação em termos de necessidades básicas (HOFFMANN, 1998).

Há outras maneiras de se definir e de mensurar a pobreza, como por exemplo, por meio da perspectiva multidimensional. Durante muito tempo, a dinâmica de análise da pobreza se concentrou exclusivamente na renda e consumo. No entanto, com o paradigma do desenvolvimento humano, se faz necessário considerar nas análises um conjunto de critérios nos quais os indivíduos podem estar privados de, por exemplo, educação, nutrição adequada e de condições de superar a mortalidade infantil. Isto posto, o conceito multidimensional amplia a visão analítica diminuindo a arbitrariedade da renda. Ou seja, dá ênfase nas projeções e impactos da pobreza ao redor de um indivíduo; ao passo que questiona o grau de privação de bem-estar em amplos cenários. Sendo assim, ajuda a limitar se uma pessoa é pobre por ter experimentado uma situação específica ou está em situação de pobreza crônica aguda (OXFORD et al. 2018).

Essa é uma análise mais complexa da pobreza. Apesar da sua relevância, neste estudo optou-se por se concentrar na pobreza fundamentada na insuficiência de renda, isto é, em uma análise unidimensional. Isto porque há o reconhecimento de que a insuficiência de renda fornece uma visão importante sobre a situação econômica dos indivíduos e suas famílias e, neste estudo, pretende-se observar se essa situação se deteriorou com a crise da Covid-19.

3- Economia e pobreza no Brasil em 2016 e 2021

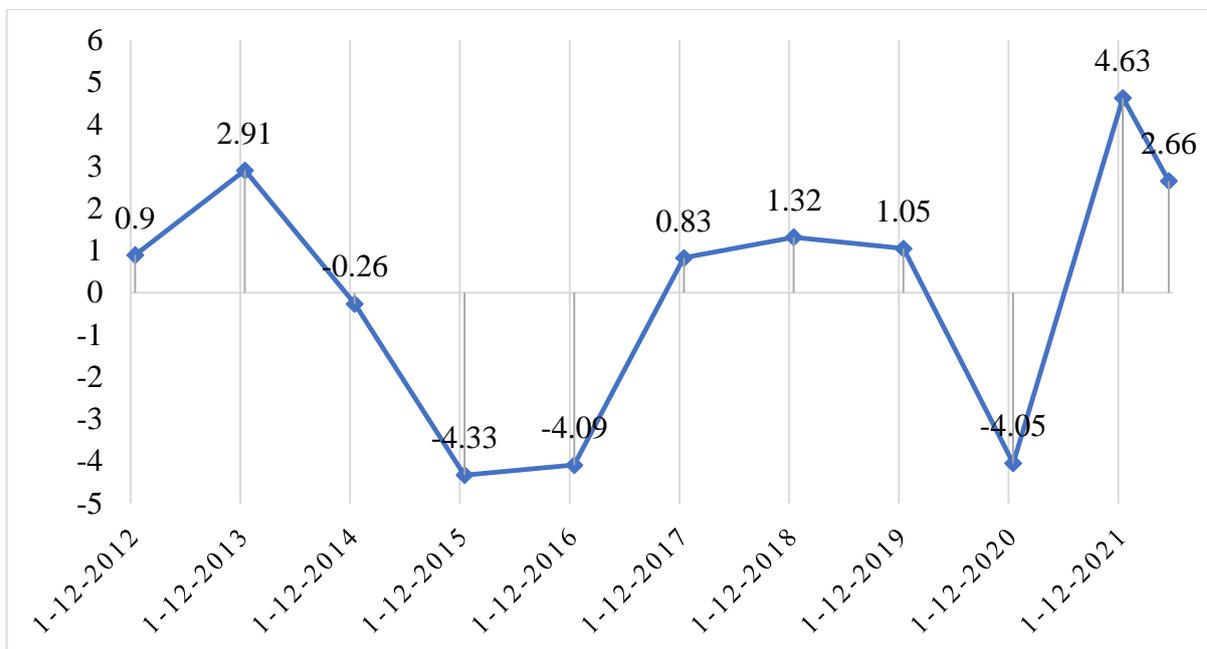
Entre 2014 e 2016 o país passou por uma turbulenta recessão econômica, que teve como ponto de partida o insucesso de políticas de sustentação de crescimento econômico implementadas em 2011 (PIRES, 2016). Tendo em vista a adoção de políticas de desoneração entre 2012 e 2013, as receitas do Estado começaram a cair, ao passo que ocorreu uma redução do crescimento econômico em resposta a essa queda (PIRES, 2016).

Como as receitas começaram a cair, mas os gastos do governo continuaram os mesmos, em 2014, o Estado enfrentou, pela primeira vez nesse período, uma situação de *déficit* primário; ou seja, o Estado arrecadou menos do que gastou. Ademais, entre 2011 a 2014 houve uma desaceleração da economia associada a uma questão fiscal delicada. Contudo, a crise foi deflagrada no segundo governo Dilma associada às opções de política econômica frente a um cenário de desaceleração da economia. Sendo assim, a opção pela austeridade fiscal levou a economia brasileira, que já estava em desaceleração, a uma recessão econômica (SERRANO E SUMMA, 2015, p.6).

Em suma, a crise fiscal brasileira ensejou um discurso de que o ponto inicial dessa crise foi justamente os *déficits* fiscais. Partindo desse diagnóstico, o Estado deveria cortar gastos para reequilibrar as contas públicas, uma vez que, para os adeptos desse modelo econômico, só seria possível aumentar os investimentos com o reequilíbrio das contas públicas; com a justificativa que isso aumentaria a confiança dos investidores no mercado brasileiro, e, essa situação acarretaria em mais empregos, renda e consumo.

Apesar disso, o problema da austeridade fiscal e das políticas de corte de gastos é que quanto mais se cortava gastos, mais rápido caía a arrecadação; tendo em vista que as empresas não conseguiam realizar a venda de suas mercadorias em função da elevação do desemprego e da contração da renda. Logo, o cenário a partir de 2014 é de uma forte desaceleração dos índices de atividade econômica nos anos de 2015 e 2016. Esta situação fica evidenciada com base nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) para os meses de dezembro de 2012 a 2021



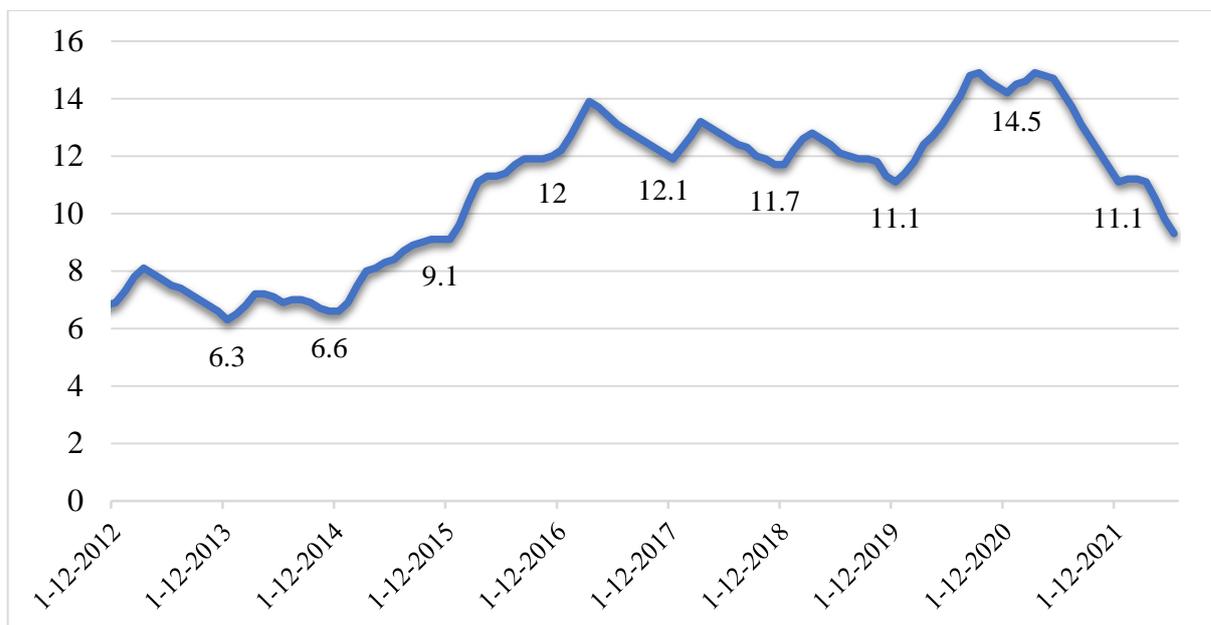
Fonte: Elaboração própria com base nos dados mensais dos últimos 10 anos do Banco Central do Brasil.

Com base no exposto, nota-se uma queda expressiva da atividade econômica do país no final de 2015 com -4,33%; e -4,09% em dezembro de 2016. A partir de 2017 a atividade econômica obteve resultados positivos. No entanto, no final de 2020 esse índice despencou novamente, chegando a -4,05% no final do mesmo ano. Essa última queda é o reflexo dos choques econômicos causados pela Covid-19.

Não obstante, uma vez que os índices de atividades econômicas³ estão em queda, o impacto desse cenário é projetado diretamente no mercado de trabalho e subsequentemente nos níveis de desemprego. Estes dados estão demonstrados na Figura 2.

³ O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) reflete as atividades da indústria, dos serviços e da agropecuária. Divulgado mensalmente, tem metodologia diferente da do PIB, portanto não é exatamente uma prévia deste índice (BACEN, 2022).

Figura 2 – Taxa de desocupação para os meses de dezembro de 2013 até dezembro de 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados mensais dos últimos 9 anos do Banco Central do Brasil.

Nota-se que a taxa de pessoas desempregadas apresenta uma tendência crescente ao longo do tempo. Em 2016 a taxa de desocupação⁴ alcançou 12% da população. Sendo assim, em consonância com a Figura 1, pode-se indagar que, a intensificação da crise nesse momento foi em maior medida afetada pela austeridade fiscal e a lógica contracionista de corte de gastos públicos em uma economia em desaceleração econômica, contribuindo para recessão. Isto porque o Estado, ao cortar gastos, subsídios e elevar juros, corroborou com um efeito contracionista no resto da economia como um todo.

O principal problema da economia brasileira nesse período, segundo Oreiro e Paula (2019), era a falta de demanda e não de oferta. Os autores explicam que o amparo de uma política monetária contracionista, num contexto de política fiscal e financeira contracionistas por um longo período de tempo implicaram numa lenta recuperação econômica, com tendência à estagnação. Outro fator conjuntural importante foi o mercado de crédito cujo crescimento despencou entre 2015 e 2016. Contudo, já havia mostrado sinais de desaceleração de sua taxa de crescimento desde 2010. Esse fator teve sua queda decorrente do aumento no endividamento das famílias e firmas associado ao aumento das taxas de juros. Isso gerou um aumento do endividamento das empresas não financeiras e um elevado comprometimento da renda das famílias, com algum tipo de endividamento bancário. Em consequência disso, teve-se um

⁴ Desocupação e desemprego são interpretadas usualmente como sinônimos. Ao passo que taxas desocupação podem ser tratadas como uma proxy das taxas de desemprego. Portanto, leva-se em consideração pessoas na força de trabalho que estão desempregadas na semana de referência (IBGE, 2022).

impacto no consumo e a desaceleração econômica, com repercussões na arrecadação fiscal de modo geral.

Com base na Figura 2, observa-se que ao final de 2020 a taxa de desocupação estava no seu ponto máximo, com expressivos 14,5% da população desempregada. Tendo em vista que o mundo foi pego de surpresa pela Covid-19 no início de 2020, mas não é uma surpresa que pessoas pobres tenham sido atingidas pelos impactos econômicos mais severamente. Tendo em vista que indivíduos recaíram na condição de pobreza pela primeira vez ou foram reduzidos à pobreza extrema “[...] a aceleração do contágio do coronavírus no Brasil ampliou o debate sobre o problema para além da perspectiva da saúde pública, incluindo os impactos econômicos e sociais provocados pela pandemia (DIEESE, 2020, p.2)”.

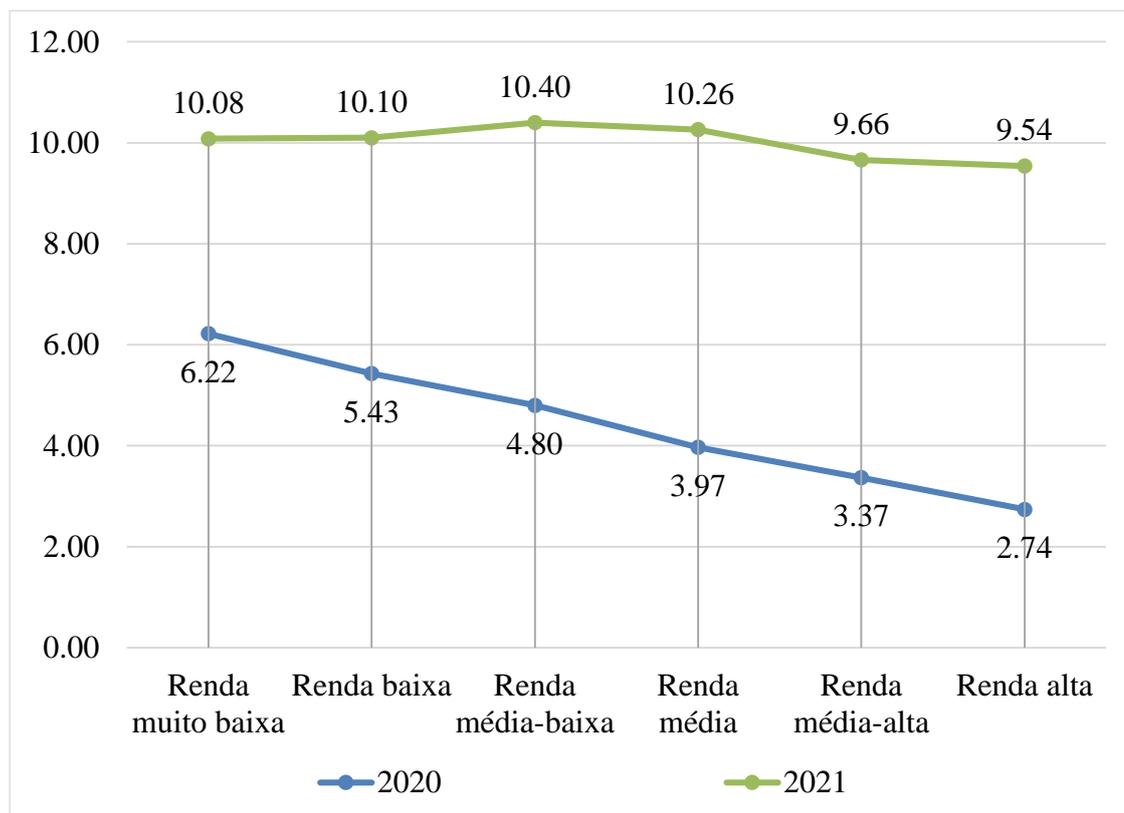
No final de 2020, as perspectivas futuras eram muito preocupantes no ponto de vista de inflação, crescimento, desemprego e desigualdade social. Ou seja, o panorama econômico-social para o Brasil que já vinha com uma trajetória de desaceleração econômica desde 2016, complicada do ponto de vista fiscal e pressionada pela ótica inflacionária, passa a ter mais uma força comprometidora ao dinamismo econômico e social do país decorrente de fatores externos.

Em síntese, ao final de 2021 o Brasil apresentava uma taxa de inflação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de quase 11% ao ano. Isto é, nesse período se observa uma estagflação no país; ou seja, uma inflação provocada pelo choque de custos, no que tange o crescimento econômico e suas implicações para indústria, mercado de trabalho e preços de bens e serviços (CARVALHO, 2022). Apesar disso, nesse cenário o Banco Central só dispõe de um instrumento importante, a taxa de juros. No entanto, esse instrumento é pouco eficaz para combater uma inflação que não é provocada pelo excesso de demanda. Sendo assim, o Banco Central elevou os juros desde o início de 2021, reflexo da inserção de juros muito baixos durante a início da pandemia em 2020 (BACEN, 2022).

Outrossim, quando se fala de inflação olha-se, sobretudo, com base no índice oficial de preços Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que serve de referência para o Banco Central na execução do regime de metas. Mas, a inflação para setores mais pobres, que são medidas por outros índices de preços é ainda mais alta; dado que a inflação é o aumento generalizado do nível de preços, e, quando ela atinge itens da cesta básica; ou seja, bens de consumo que são pesados para aqueles que têm renda mais baixa, essa inflação se torna ainda mais regressiva e/ou concentradora de renda. Além disso, também provoca recessão a medida que a inflação corrói o poder de compra do salário e diminui a demanda.

Ao final de 2021, com base nas Figuras 1 e 2, observa-se uma pequena recuperação da economia em termos de atividade econômica e desemprego, em relação ao ano de 2020. Contudo, essa recuperação da economia brasileira em parâmetros de inflação foi desigual. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde 2018 faz um trabalho de divulgar a inflação por faixa de renda no país, conforme exposto na figura abaixo.

Figura 3 - Inflação por faixa de renda (variação acumulada %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da “Carta de Conjuntura” do IPEA de 2022. *A trajetória em azul representa a inflação por faixa de renda acumulada em 2020. Ao passo que a trajetória destacada em verde representa a inflação por faixa de renda acumulada em 2021.

Pode-se analisar que todas as faixas de rendas⁵ apresentaram um crescimento exponencial na inflação acumulada de 2020 para 2021. Porém, as famílias com renda domiciliar média-baixa entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,47 situadas na terceira linha de projeção do gráfico foram as que apresentaram as mais elevadas taxas inflacionárias acumuladas em

⁵ Em 2020 e 2021 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considerava os seguintes valores por faixas de renda mensal domiciliar:

- Renda muito baixa (menor que R\$ 1.808,79);
- Renda baixa (entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.702,88);
- Renda média-baixa (entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,47);
- Renda média (entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26);
- Renda média-alta (entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49);
- Renda alta (maior que R\$ 17.764,49).

2021, com 10,40%. Em contrapartida as famílias com renda alta, isto é, maior que R\$ 17.764,49 apresentaram os menores percentuais de inflação por faixa de renda, ao passo que em 2020 a taxa era de 2,74% e em 2021 a taxa acumulada foi de 9,54%.

Essa situação compõe um entrave na recuperação monetária da população com renda-média a baixa, uma vez que o poder de compra desses indivíduos está se tornando mais baixo. Para além disso, um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social em 2022, apontou que o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil aumentou mais de 7 milhões de 2020 para 2021. Segundo Neri (2022):

A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto de máxima pobreza dessas séries anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados (NERI, 2022).

Ainda segundo Neri (2022), fatores determinantes para o amortecimento dessa situação foram em grande medida em relação à disponibilização do auxílio emergencial⁶. No período de vigência do auxílio, a pobreza mensal da população estava na casa dos 4%, porém quando o mesmo foi interrompido a pobreza mensal triplicou, chegando a 13%. Sendo assim, a pandemia, o isolamento social, a perda ou diminuição da renda do trabalho e o encerramento do auxílio emergencial foram os principais pontos para esse crescimento exacerbado da pobreza no país (NERI, 2022).

Nota-se que se tem um cenário econômico que favorece o crescimento da pobreza, especialmente intensificado com a crise diante da situação de pandemia. Com isso, é importante conhecer o perfil dos grupos populacionais afetados para a formulação de políticas públicas no intuito de reduzir a pobreza no Brasil.

⁶ O auxílio emergencial corroborou para um efeito multiplicador da economia. Ou seja, foi benéfico para a movimentação da economia em detrimento do intenso choque causado pela Covid-19. O governo utilizou estratégias para identificar e classificar os grupos com risco de insuficiência de renda. Isto posto, a implementação do auxílio emergencial em 2020 foi um dos principais pontos de inflexão de combate ao coronavírus. Segundo Cardoso (2020) em “A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social”: “[...] para minimizar os efeitos sociais trazidos pelas medidas restritivas e o distanciamento social foi a criação do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2020. O Auxílio Emergencial criado por essa lei é um misto entre a Renda Básica de Cidadania, criada pela Lei nº 10.835, de 2004, e o Programa do Seguro-Desemprego, instituído pela Lei nº 7.998, de 1990, com a ressalva de que o primeiro nunca fora regulamentado pelo Poder Executivo Federal e o último diz respeito exclusivamente ao trabalhador formal desempregado, quando preenchidos alguns requisitos” (CARDOSO, 2020, p. 2).

4- Materiais e métodos

Nesta seção apresenta-se a metodologia e os métodos utilizados para a análise unidimensional da pobreza no Brasil nos anos de 2016 e 2021. Ademais, são destacadas as bases de dados escolhidas, a composição da linha de pobreza para os anos em análise, e o cálculo dos índices Foster-Greer-Thorbecke (FGT).

4.1 Base de dados

A extração dos microdados foi feita com base nas amostras anuais da PNADC realizadas pelo IBGE. Vale salientar que, a pesquisa é trimestral, visando captar flutuações socioeconômica no curto, médio e longo prazo. Além disso são disponibilizados os dados anuais. O IBGE, juntamente com a PNADC (2022) consideram como “anual” a quinta visita, ou seja, é uma amostra cumulativa com os resultados da pesquisa dos quatro trimestres do ano base. Neste estudo, utilizou-se os resultados cumulativos dos quatro trimestres de 2016 e 2021 para a análise aplicado ao Brasil como um todo.

4.2 Índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT)

Para este estudo utilizou-se as classes de índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT) a fim de visualizar a dimensão da pobreza por meio de sua incidência, intensidade e desigualdade entre os pobres em diferentes grupos. Segundo Medeiros (2012), esses índices são uma extensão dos indicadores de sensibilidade da pobreza desenvolvidos por Amartya Sen. Tanto os indicadores desenvolvidos por Amartya Sen, quanto os de Foster, Greer e Thorbecke são parâmetros “absolutos” da pobreza; dado que suas mensurações são baseadas unicamente sobre a renda dos indivíduos, “[..] cujo cálculo exige a determinação prévia de uma “linha de pobreza”, isto é, de um nível de renda abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres (HOFFMANN, 1995, p.1)”.

Segundo Rama e Fernández (1997), a fórmula geral utilizada para expressar o índice de decomposição FGT é dada por:

$$FGT\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left[\frac{Z - Y_i}{Z} \right]^\alpha$$

com $\alpha \geq 0$

em que:

- z = linha de pobreza
- y_i = renda domiciliar *per capita* da i -ésima pessoa abaixo da linha de pobreza.
- q = número de pessoas abaixo da linha de pobreza.
- n = total da população.

Por conseguinte, ainda segundo Rama e Fernández (1997), a expressão acima permite mensurar a pobreza em três níveis, para FGT α variando de 0 a 2. Sendo assim, quanto maior o valor de α , maior será a sensibilidade na mensuração das camadas mais profundas da pobreza.

Logo, $\alpha = 0$ representa a proporção de pobres totais dentro da amostra para a qual se está analisando, levando em consideração o total de pessoas com renda inferior à linha de pobreza. Outrossim, $\alpha = 1$ é o hiato médio da pobreza e enfatiza a intensidade ou distância em termos de renda *per capita* que um indivíduo deveria aumentar para sair da situação de insuficiência de renda. Por fim, $\alpha = 2$ representa o hiato quadrático médio da pobreza e salienta o peso adicional das rendas mais baixas da linha de pobreza adotada, ou seja, neste caso leva-se em consideração a desigualdade de renda entre os pobres (NEDER, 2008b).

A vantagem dos índices FGT é que também possibilitam a realização de uma decomposição da pobreza. Isto demonstra a contribuição de cada subgrupo na proporção total de pobres mensuradas com base na seguinte expressão:

$$Sk = \frac{VkFGTk(\alpha)}{FGT(\alpha)}$$

em que:

- Sk é a contribuição (“share”) do sub-grupo (estado) k para a pobreza total.
- Vk é a participação relativa do sub-grupo (estado) k na população total.
- $FGTk(\alpha)$ é o índice FGT de parâmetro α para o sub-grupo (estado) k .
- $FGT(\alpha)$ é o índice FGT de parâmetro α para a população total.

Neste trabalho optou-se pela decomposição quando $\alpha=0$, isto é, uma decomposição da proporção de pobres. A partir dos microdados da PNADC, foram selecionados os grupos populacionais, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Variáveis de interesse do estudo

Variável	Definição
V2007	Sexo
V2010	Cor ou Raça
V1022	Rural e Urbana
VD3004	Escolaridade
VD4002	Condição no mercado de trabalho
VD4001	Na força de trabalho
VD4004	Subocupação
VD4005	Desalento
VD4010	Setor de atividade econômica
VD5005	Renda domiciliar <i>per capita</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC.

Para o cômputo dos índices de pobreza foi utilizada a variável renda domiciliar mensal *per capita* e as linhas de pobreza apresentadas na próxima seção. A partir da constituição das medidas de pobreza, elas foram decompostas com base nos grupos apresentados no Quadro 1. Essas variáveis foram escolhidas por influenciarem a pobreza e permitirem a identificação do perfil sociodemográfico mais afetado por ela.

4.3 Linha de pobreza

O Brasil não tem um critério único para diferenciar “pobres” de “não pobres”. Cada programa do governo ou pesquisa independente adota um critério (SOARES, 2009). Em contrapartida, existe uma linha da pobreza reconhecida internacionalmente, calculada pelo Banco Mundial e também reconhecida pelo IBGE. Para países de renda média a alta, como o Brasil, o Banco Mundial recomenda a linha de pobreza de US \$5,50 *per capita* por dia. Para a conversão em moedas nacionais, o Banco Mundial recomenda o uso da Paridade do Poder de Compra (PPC). Assim foram determinados os valores mencionados a seguir.

Linha de pobreza para 2016:

- US\$ 5,5 *per capita* por dia
- Paridade do poder de compra (PPC): 2,1330816745758
- Média de dias no mês 30,4
- $(5,5 \times 2,1330816745758 \times 30,4) = \text{R\$ } 356,76$ mensais

Linha de pobreza para 2021:

- US\$ 5,5 *per capita* por dia
- Paridade do poder de compra (PPC): 2,530676578
- Média de dias no mês 30,4
- $(5,5 \times 2,530676578 \times 30,4) = \text{R\$ } 423,13$ mensais

Sendo assim, criou-se duas variáveis de linha pobreza (lp2016) e (lp2021) para o conjunto dos dados dos respectivos anos. Ademais, utilizou-se o *software* Stata para carregar a variáveis da PNADC e realizar a decomposição da pobreza a partir do pacote *povdeco* para estimar estatísticas descritivas, mensurar e decompor os índices FGT. Como a PNADC é uma amostra complexa, foi considerado o delineamento amostral por meio da utilização do fator de expansão amostral (peso).

5- Resultados

Nesta seção, são explanados os resultados empíricos da decomposição da pobreza no Brasil para os anos de 2016 e 2021. Com isso, se destaca os índices da classe FGT dando ênfase à proporção ($\alpha = 0$), intensidade ($\alpha = 1$) e severidade da pobreza ($\alpha = 2$). Não menos importante, também são demonstradas algumas estatísticas descritivas em termos da renda média *per capita*.

Tabela 1 - Índices de pobreza classe FGT no Brasil em 2016 e 2021

FGT ($\alpha = 0$)		Δ	FGT ($\alpha = 1$)		Δ	FGT ($\alpha = 2$)		Δ
%		%	%		%	%		%
2016	2021	2,37	2016	2021	2,05	2016	2021	1,77
23,02	25,39		10,16	12,21		6,41	8,18	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Para o tamanho total da população brasileira de 2016 e 2021, o parâmetro ($\alpha = 0$) determinou uma variação de 2,37% na proporção total de pobres. Portanto, houve um aumento da dimensão de pessoas com renda *per capita* inferior à linha de pobreza entre os anos analisados. Em linhas gerais, em 2016, 23,02% da população brasileira tinha renda *per capita* mensal inferior a R\$ 356,76, ao passo que em 2021 apesar da renda *per capita* ser maior, o

cenário era de 25,29% da população abaixo da linha de pobreza de R\$ 423,13 mensais *per capita*.

Outrossim, o parâmetro ($\alpha = 1$) indica o *déficit* ou (*gap*) médio da população em relação a linha de pobreza. Logo, observa-se que em 2016 a distância em nível de insuficiência de renda dos indivíduos até a da linha da pobreza estabelecida para o ano era de, em média, 10,16% e em 2021 era de 12,21%; sendo assim, houve um aumento na intensidade da pobreza de 2,05%.

Mormente, o parâmetro ($\alpha = 2$) representa o (*gap* médio quadrático) ou hiato da pobreza ao quadrado. Esse índice expressa a severidade da pobreza. Ou seja, questiona-se a variabilidade da renda entre os pobres, com ênfase na desigualdade das rendas. A elevação ao quadrado representa buscar os mais pobres entre os pobres. Isto significa que a pobreza entre os pobres aumentou 1,77% de 2016 para 2021, corroborando o fato de que o período de crise contribuiu para o aumento da pobreza, afetando os indivíduos pobres.

Na Tabela 2, apresentam-se a participação populacional de homens e mulheres no Brasil e algumas estatísticas descritivas em nível de renda por sexo no Brasil.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas da pobreza por sexo no Brasil

Sexo	População		Renda Média		Renda Média dos Pobres (R\$)		Gap Médio da Pobreza (R\$)	
	%		(R\$)					
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Homem	48,33	48,89	1209,16	1447,45	198,68	220,32	158,08	202,81
Mulher	51,67	51,11	1185,54	1362,37	199,73	218,99	157,03	204,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

As mulheres compunham a maior parcela da população total do Brasil em ambos os anos analisados. Quanto à renda média, os homens possuíam renda domiciliar *per capita*, em média, maior que as mulheres. Em relação à renda média dos pobres, em 2021 os homens pobres passaram a ter renda média *per capita* superior à das mulheres pobres. A diferença entre o *gap* médio da pobreza demonstra que os homens pobres aumentaram sua distância em relação à linha de pobreza em R\$ 44,73. Por sua vez, a desigualdade entre as mulheres pobres aumentou em R\$ 47,11 entre 2016 e 2021.

Para melhor compreensão deste comportamento, na Tabela 3 podem ser visualizados os resultados dos índices de pobreza conforme o sexo nos anos analisados, assim como a decomposição da participação relativa desses grupos para a pobreza total do país.

Tabela 3 – Decomposição e índices de pobreza classe FGT por sexo no Brasil

Sexo	Participação relativa ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 1$) %		FGT ($\alpha = 2$) %	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Homem	48,41	47,35	23,06	24,59	10,22	11,78	6,45	7,89
Mulher	51,59	52,66	22,98	26,16	10,12	12,62	6,37	8,46

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

A decomposição da proporção de pobres por sexo mostra que a participação relativa dos homens na pobreza total do Brasil era de 48,41% em 2016, enquanto a contribuição relativa das mulheres para a pobreza era de 51,59%. Em 2021, as mulheres continuaram contribuindo mais para a pobreza total do que os homens, agravando-se pelo fato de possuírem maiores índices de pobreza neste mesmo ano.

A classe de índices FGT evidencia que em 2016 os homens apresentaram uma participação maior em todos os índices. Porém, em 2021 o cenário é contrário, nota-se que 26,16% das mulheres estavam abaixo da linha de pobreza, com intensidade da pobreza de 12,62% e severidade da pobreza de 8,46%. Sendo assim, é possível visualizar que houve uma crescente evolução da pobreza, na qual as mulheres estão sendo as mais atingidas.

Afim de traçar um perfil para pobreza no Brasil, as Tabelas 4 e 5 discorrem estatísticas descritivas e a decomposição da pobreza por cor ou raça no país.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas da pobreza por cor ou raça no Brasil

Subgrupos	População %		Renda Média (R\$)		Renda Média dos Pobres (R\$)		Gap Médio da Pobreza (R\$)	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Branca	44,69	43,03	1622,88	1931,79	201,72	222,39	155,04	200,74
Preta	7,66	9,07	861,47	1018,36	200,50	225,01	156,26	198,12
Amarela	0,53	0,60	2391,16	2663,47	215,51	209,00	141,25	214,13
Parda	46,88	46,99	834,18	982,04	198,04	217,70	158,72	205,43

Indígena 0,25 0,32 819,15 928,88 187,89 206,33 168,87 216,80

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Observa-se que as pessoas autodeclaradas pardas constituem a maior configuração populacional total do Brasil para os respectivos anos analisados. Entretanto, os indivíduos autodeclarados indígenas, pardos e pretos, detinham as menores rendas médias *per capita*. Porém essa situação se mantém inalterada para as rendas médias dos pobres entre a população indígena, visto que foi a menor em 2016 e 2021. Ademais, conforme exposto pelo *gap* médio da pobreza, a desigualdade em nível de renda entre as pessoas pobres autodeclaradas pardas aumentou em R\$ 46,11, no período analisado.

Vale ressaltar que a camada da sociedade de indivíduos brancos e amarelos é mais bem remunerada em termos de renda média domiciliar *per capita*. Portanto, o risco de pessoas autodeclaradas brancas ou amarelas estarem abaixo de um limite monetário de subsistência é menor. Este fato fica melhor evidenciado na Tabela 5, com os índices de pobreza FGT.

Tabela 5 - Decomposição e índices de pobreza classe FGT por cor ou raça no Brasil

Subgrupos	Participação relativa ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 1$) %		FGT ($\alpha = 2$) %	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Branca	25,97	27,12	13,37	16,00	5,81	7,59	3,78	5,19
Preta	9,14	9,99	27,46	27,95	12,03	13,09	7,53	8,71
Amarela	0,24	0,35	10,16	15,12	4,02	7,65	2,53	5,28
Parda	64,28	62,11	31,56	33,56	14,04	16,29	8,75	10,83
Indígena	0,39	0,44	35,85	34,92	16,97	17,89	11,09	12,93

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Compondo uma maior participação relativa na pobreza total do Brasil, destaca-se o subgrupo autodeclarado pardo com 64,28% em 2016 e 62,11% em 2021. Pessoas brancas também compunham o segundo maior peso populacional na pobreza absoluta do país, com 25,97% e 27,12 para os respectivos anos de análise.

Por conseguinte, com base da classe de índices FGT, em 2021 a proporção ($\alpha = 0$), intensidade ($\alpha = 1$) e severidade ($\alpha = 2$) da pobreza eram crescentes e mais significativas para os indivíduos autodeclarados indígenas, pardos e pretos. Apesar dos índices serem crescentes também para as pessoas autodeclaradas brancas ou amarelas no decorrer dos anos analisados, esses grupos ainda sim representaram a menor dimensão de insuficiência de renda do país, se comparados com indígenas, pardos e pretos. Ou seja, pessoas brancas ou amarelas têm uma maior propensão de alcançar o nível de renda *per capita* para sair da incidência da pobreza.

A pobreza por insuficiência de renda pode estar relacionada com a escolaridade e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Neste aspecto, as Tabelas 6 e 7 revelam estatísticas descritivas, os índices de pobreza e a participação relativa na pobreza do Brasil por nível de escolaridade.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas da pobreza por nível de escolaridade no Brasil

Subgrupo	População %		Renda Média (R\$)		Renda Média dos Pobres (R\$)		Gap da Pobreza (R\$)	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	8,45	7,37	722,27	882,45	192,83	217,41	163,93	205,72
Fundamental incompleto ou equivalente	38,00	33,03	782,63	897,66	195,62	216,06	161,14	207,07
Fundamental completo ou equivalente	8,84	7,75	942,46	1022,93	204,69	217,81	152,07	205,32
Médio incompleto ou equivalente	6,71	7,10	865,81	933,36	210,02	222,86	146,74	200,27
Médio completo ou equivalente	23,13	25,94	1208,83	1265,73	214,16	229,97	142,60	193,16
Superior incompleto ou equivalente	4,05	5,00	1807,95	2018,26	210,16	220,39	146,60	202,74
Superior completo	10,83	13,82	3417,71	3621,65	153,83	202,72	202,93	220,41

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Com base na variável nível de escolaridade, nota-se algumas projeções interessantes. Primeiramente, o agrupamento de pessoas com “fundamental incompleto ou equivalente” e “médio completo ou equivalente” expressam maior peso na população total do país. Ademais, observa-se que a renda média domiciliar *per capita* é crescente conforme aumenta-se o nível de escolaridade dos indivíduos. Outra característica interessante é que apesar da renda média

das pessoas com ensino superior ser a maior entre os anos analisados, a renda média dos pobres deste grupo era a menor tanto em 2016, quanto em 2021. Em contrapartida, o *gap* médio da pobreza, ou, desigualdade de renda entre os pobres para esse grupo com ensino superior completo aumentou especificamente R\$ 17,48.

Comumente, os subgrupos “fundamental incompleto ou equivalente” e “médio completo ou equivalente” para além de representarem maior peso no conjunto populacional, esses subgrupos são os que mais corroboram para a pobreza. Isto pode ser comprovado com base na decomposição da pobreza total do Brasil, conforme exposto na Tabela 7.

Tabela 7 - Decomposição e índices de pobreza classe FGT por nível de escolaridade no Brasil

Subgrupo	Participação relativa ($\alpha = 0$)		FGT ($\alpha = 0$)		FGT ($\alpha = 1$)		FGT ($\alpha = 2$)	
	%		%		%		%	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	11,85	9,92	30,85	32,73	14,18	15,91	9,01	10,57
Fundamental incompleto ou equivalente	54,00	46,31	31,27	34,09	14,12	16,68	8,87	11,12
Fundamental completo ou equivalente	9,21	9,18	22,93	28,82	9,77	13,98	6,14	9,45
Médio incompleto ou equivalente	8,00	9,58	26,26	32,83	10,80	15,54	6,53	10,31
Médio completo ou equivalente	14,59	20,43	13,87	19,15	5,54	8,74	3,49	5,86
Superior incompleto ou equivalente	1,13	2,07	6,15	10,07	2,53	4,83	1,69	3,52
Superior completo	1,22	2,51	2,48	4,42	1,41	2,30	1,16	1,78

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Dentre os níveis de instrução educacional, o nível fundamental incompleto ou equivalente se destacou com 54,00% de contribuição relativa na pobreza total do Brasil em 2016. Para o ano de 2021, nota-se uma queda de 7,69%, porém ainda liderava expressivamente com maior percentual entre os demais grupos. Outrossim, com relação à distância em nível de renda, as pessoas com essas características educacionais estavam com suas rendas, em média, 14,12% abaixo da linha de pobreza em 2016 e 16,68% em 2021.

Todavia, vale ressaltar o nível de escolaridade “médio completo ou equivalente”, entre os quais observou-se um aumento de 5,84% na participação relativa para a pobreza total do país. Isto pode ser explicado pelo fato deste grupo ter sido fortemente afetado pelo desemprego no cenário de crise econômica.

Neste aspecto, constata-se que, apesar da renda média dos pobres com ensino fundamental incompleto ter aumentado em 2021 com base na Tabela 6, a intensidade da pobreza também aumentou. Sendo assim, nota-se que, por mais que a renda aumente em detrimento de possíveis reajustes monetários, a dinâmica da intensidade e severidade da pobreza também pode aumentar proporcionalmente.

Em outro extremo, a população total com ensino superior completo apresentou as menores proporções de pobres para os anos, que era de 2,48%, em 2016 e 4,42% em 2021. Todavia, para a intensidade e severidade da pobreza em 2021 observa-se um aumento exponencial para esse grupo em específico. Com isso, conclui-se que, o risco de pessoas com esse aporte educacional serem inseridas na composição de pobreza aumentou no período de crise.

Com relação ao mercado de trabalho brasileiro, pode-se identificar situações pragmáticas, no que tange às recessões e crises econômicas abordadas na seção três deste estudo. Como o mercado de trabalho foi fortemente afetado pela crise econômica é útil verificar a composição da pobreza conforme a situação no mercado de trabalho, dada a sua estreita relação com a insuficiência de renda. Assim, na Tabela 8 são apresentados os índices de pobreza, considerando o mercado de trabalho.

Tabela 8 – Estatísticas descritivas da pobreza para o mercado de trabalho no Brasil

Subgrupos	População %		Renda Média (R\$)		Renda Média dos Pobres (R\$)		Gap Médio da Pobreza (R\$)	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Pessoas na força de trabalho	61,01	60,59	1431,29	1711,46	208,84	235,43	147,92	187,70
Pessoas fora da força de trabalho	38,99	39,41	1080,63	1203,57	193,48	204,93	163,28	218,20
Total	100	100						
Pessoas ocupadas	88,60	85,99	1529,60	1877,96	222,30	264,01	134,46	159,12

Pessoas desocupadas	11,40	14,01	667,45	689,81	174,54	185,71	182,22	237,42
Total	100	100						
Pessoas subocupadas	-	-	823,74	939,93	189,10	234,26	167,66	188,87
Total	100	100						
Pessoas desalentadas	-	-	454,82	524,66	159,06	177,99	197,70	245,14
Total	100	100						

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata. *As variáveis (pessoas subocupadas e pessoas desalentadas) são distintas e não possuem classificação. Portanto, seus valores de decomposição são 100% no conjunto da amostra.

Para o total da população do Brasil, em 2016 e 2021 pessoas ocupadas e desocupas no mercado de trabalho representavam as maiores porcentagens na composição populacional. Em termos de renda média domiciliar *per capita*, os indivíduos desocupados e desalentados correspondem às menores rendas em ambos os anos de análise. Essa mesma situação se mantém para as rendas médias dos pobres.

Intuitivamente, esses resultados em nível de renda são previsíveis, porém, cabe um pouco mais de rigor para visualizar a participação desses grupos em destaque na pobreza total do país. Com isso, a Tabela 9 ressalta a decomposição e a distância em nível de renda desses grupos até a linha de pobreza.

Tabela 9 – Decomposição e índices de pobreza classe FGT para situação no mercado de trabalho

Subgrupos	Participação relativa ($\alpha = 0$)		FGT ($\alpha = 0$)		FGT ($\alpha = 1$)		FGT ($\alpha = 2$)	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Pessoas na força de trabalho	52,12	49,53	16,46	17,90	6,83	7,94	4,17	5
Pessoas fora da força de trabalho	47,88	50,47	23,66	28,04	10,83	14,46	7,11	10
Total	100	100						
Pessoas ocupadas	71,81	63,50	13,34	13,22	5,03	4,97	2,78	3
Pessoas desocupadas	28,19	36,50	40,70	46,61	20,79	26,15	14,99	19

Total	100	100							
Pessoas subocupadas	–	–	38,72	36,40	18,20	16,25	11,13	10	
Total	100	100							
Pessoas desalentadas	–	–	57,07	59,17	31,63	34,28	22,46	25	
Total	100	100							

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata. *As variáveis (pessoas subocupadas e pessoas desalentadas) são distintas e não possuem classificação. Portanto, seus valores de decomposição são 100% no conjunto da amostra.

A decomposição da extensão FGT ($\alpha = 0$) revela que 71,81% das pessoas ocupadas participaram da proporção relativa populacional de pobres em 2016, ao passo que em 2021 houve um aumento de 8,31% na participação relativa de desocupados na população total de pobres no Brasil. Essa situação se explica pelo fato do grupo de ocupados ter maior peso na população total do país, porém, percebe-se que em 2021 a participação relativa na pobreza da camada desocupada aumentou proporcionalmente a queda percentual dos ocupados. Ou seja, esses números estão intrinsecamente interligados com o desemprego latente em 2021, no qual pessoas ocupadas ficaram desempregadas e passaram a dar mais peso populacional ao grupo de desocupados.

Em contrapartida, essa mesma migração na trajetória da proporção de pobres pode ser visualizada para as pessoas na força de trabalho e para as pessoas fora da força de trabalho; dado que entre 2016 e 2021 houve um aumento de 0,42% na participação relativa de indivíduos que não estavam inseridos no mercado de trabalho. Em contrapartida, essa mesma migração na trajetória da participação relativa na pobreza também é visualizada para as pessoas na força de trabalho e para as pessoas fora da força de trabalho; dado que entre 2016 e 2021 houve um aumento de 2,59% na participação relativa de indivíduos que não estavam inseridos na força de trabalho.

Com base na classe de índices de pobreza FGT, a proporção absoluta de pessoas pobres sob o critério de insuficiência de renda era de 57,07% em 2016 e 59,17% em 2021 para as pessoas desalentadas. Esse grupo também corresponde à maior intensidade da pobreza no Brasil, ou seja, pessoas que desistiram de procurar emprego por diversos motivos estão mais distantes monetariamente do valor indexado pela linha de pobreza.

Vale salientar que, a classificação de pessoas ocupadas representa a menor proporção, intensidade e severidade na pobreza de renda para ambos os anos analisados. Esta situação era

esperada, tendo em vista que essas pessoas possuem renda do trabalho e possivelmente garantiram seu posto de trabalho durante a crise. Nota-se que a intensidade da pobreza para esse grupo caiu 0,06%, em 2021. Ainda assim, a proporção de pobres entre pessoas que trabalham pode ser considerada alta, por ser acima de dois dígitos. Isso coloca em evidência a qualidade dos postos de trabalho e salários no Brasil.

A pobreza entre indivíduos ocupados demonstra a fragilidade das ocupações no Brasil, explicitada em um cenário de crise. Desta forma, é importante conhecer melhor a pobreza entre estes indivíduos. Os resultados da análise da pobreza dos indivíduos ocupados por grupamentos de atividade econômica estão apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 - Estatísticas descritivas da pobreza por grupamentos de atividade econômica no Brasil

Subgrupos	População %		Renda Média (R\$)		Renda Média dos Pobres (R\$)		Gap Médio da Pobreza (R\$)	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Agricultura	10,22	9,82	777,75	1020,90	190,21	229,22	166,55	193,91
Indústria geral	12,84	13,01	1485,28	1830,12	232,20	277,48	124,56	145,65
Construção	8,00	7,67	1051,67	1204,73	230,35	266,42	126,41	156,71
Comércio	19,31	19,01	1311,37	1567,83	239,86	281,78	116,90	141,35
Transporte,	5,03	5,12	1410,16	1538,90	238,26	285,49	118,50	137,64
Alojamento e alimentação	5,13	4,92	1165,73	1218,96	231,62	268,77	125,14	154,36
Informação	10,54	12,11	2460,78	2959,69	259,24	289,55	97,52	133,58
Administração pública,	5,68	5,39	2545,87	3284,39	260,00	309,67	96,76	113,46
Educação, saúde humana e serviços sociais	11,62	12,47	2301,03	2803,57	262,24	317,24	94,52	105,89
Outros Serviços	4,71	4,75	1376,49	1563,59	226,45	252,27	130,31	170,86
Serviços domésticos	6,89	5,70	790,52	889,81	224,60	267,15	132,16	155,98
Atividades mal definidas	0,02	0,04	2932,40	1301,76	191,54	212,63	165,22	210,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Verifica-se que o setor de comércio apresentava a maior parcela para o conjunto total populacional do país, dado que contribuía em 19,31% em 2016. Além disso, os indivíduos deste

grupo possuíam uma renda média de R\$ 1.410,16 mensais *per capita* e renda média dos pobres era de R\$ 239,86, com severidade da pobreza de R\$ 116,90. Esse mesmo setor teve uma pequena queda na representatividade da população total do Brasil em 2021. Porém, a renda média dos pobres cresceu juntamente com a desigualdade de renda entre os mesmos.

Ainda sobre a renda média, leva-se em consideração o setor agrícola e doméstico com as menores rendas. Este fato trará maiores implicações para a análise conforme a Tabela 11.

Tabela 11 – Decomposição e índices de pobreza classe FGT por grupamentos de atividade econômica no Brasil

Subgrupos	Participação relativa ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 1$) %		FGT ($\alpha = 2$) %	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Agricultura	29,83	26,21	38,93	35,28	18,17	16,17	11,14	9,93
Indústria geral	9,34	9,52	9,70	9,68	3,39	3,33	1,81	1,73
Construção	11,65	12,09	19,42	20,83	6,88	7,71	3,64	4,02
Comércio	16,23	16,88	11,22	11,73	3,68	3,92	1,87	1,96
Transporte,	3,47	4,14	9,19	10,69	3,05	3,48	1,55	1,78
Alojamento e alimentação	5,11	6,17	13,29	16,59	4,66	6,05	2,42	3,13
Informação	3,06	3,92	3,87	4,28	1,06	1,35	0,50	0,74
Administração pública,	1,98	1,57	4,66	3,86	1,26	1,04	0,55	0,44
Educação, saúde humana e serviços sociais	3,83	3,59	4,39	3,80	1,16	0,95	0,51	0,44
Outros Serviços	4,09	4,96	11,60	13,81	4,24	5,58	2,33	3,19
Serviços domésticos	11,42	10,90	22,09	25,26	8,18	9,31	4,37	4,84
Atividades mal definidas	0,01	0,06	7,09	20,25	3,29	10,07	1,69	5,79

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Com maior participação na mensuração do índice absoluto de proporção de pobres no Brasil, o subgrupo da agricultura representava em 2016, 29,83% da participação relativa na pobreza do país. Contudo, em 2021 houve uma queda nesse percentual de 3,62%.

Quando se coloca em evidência a classe de índices de pobreza FGT, na Tabela 10, observa-se que os setores de agricultura e trabalho doméstico são os que correspondem às

maiores proporções de pobres. Essas atividades econômicas são as que mais contribuem para a disseminação da pobreza; tendo em vista a má remuneração desses setores. Apesar disso, na agricultura, com base no índice FGT ($\alpha = 1$), o *déficit* da pobreza era de 18,17% em 2016 e 16,17% em 2021. Na mesma linha de raciocínio, houve também uma queda na severidade da pobreza em 2021 de 1,21% para esse mesmo setor. Em contrapartida, para os serviços domésticos, não houve queda dos índices FGT. Em 2021, a intensidade da pobreza para os indivíduos deste grupo de atividade econômica aumentou 1,13%. Quanto à severidade da pobreza, o aumento foi de 0,47%.

Para finalizar as análises, são apresentados os índices de pobreza e decomposição nas Tabelas 12 e 13, de modo a evidenciar as diferenças regionais em um país de dimensões continentais como o Brasil. A crise econômica afetou as regiões como um todo, mas cada uma delas possui um dinamismo econômico distinto justificado pelo próprio processo histórico de desenvolvimento, ou, falta dele.

Tabela 12 – Estatísticas descritivas da pobreza por renda para as regiões e situação do domicílio no Brasil

Subgrupos	População %		Renda Média (R\$)		Renda Média dos Pobres (R\$)		Gap Médio da Pobreza (R\$)	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Norte	8,50	8,74	777,68	892,04	193,71	219,18	163,05	203,95
Nordeste	27,38	27,05	752,37	854,24	190,56	211,31	166,20	211,82
Sudeste	42,21	42,14	1453,35	1722,12	212,42	225,22	144,34	197,91
Sul	14,31	14,28	1441,30	1717,81	212,37	230,54	144,39	192,59
Centro-Oeste	7,60	7,80	1383,40	1590,34	215,93	250,85	140,83	172,28
Total	100	100						
Urbana	85,18	86,05	1304,00	1519,29	207,42	226,10	149,34	197,03
Rural	14,82	13,95	581,87	692,32	180,35	200,70	176,41	222,43
Total	100	100						

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

A situação de domicílio urbano possui maior peso populacional, com mais de 85% para os dois anos da análise. Ademais, a região sudeste também expressa maior participação no conjunto da população total, com 42,21% em 2016 e 42,14 em 2021.

As menores rendas dos pobres foram identificadas nas zonas rurais, cujos valores foram de R\$ 180,35 em 2016 e R\$ 200,70 em 2021. Vale ressaltar que, em geral, a renda média dos pobres aumentou entre todos os grupos estudados neste período.

Tabela 13 – Decomposição e índices de pobreza classe FGT por região e situação do domicílio no Brasil

Subgrupos	Participação relativa ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 0$) %		FGT ($\alpha = 1$) %		FGT ($\alpha = 2$) %	
	2016	2021	2016	2021	2016	2021	2016	2021
Norte	15,01	13,79	40,61	40,06	18,56	19,31	11,43	12,50
Nordeste	48,32	46,33	40,62	43,49	18,93	21,77	11,98	14,52
Sudeste	25,16	28,18	13,72	16,98	5,55	7,94	3,53	5,46
Sul	6,51	6,51	10,47	11,57	4,24	5,27	2,69	3,67
Centro-Oeste	5,01	5,19	15,18	16,89	5,99	6,88	3,72	4,36
Urbana	69,73	74,47	18,84	21,97	7,89	10,23	4,91	6,82
Rural	30,27	25,53	47,00	46,47	23,24	24,43	14,98	16,56

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC (2016, 2021) utilizando o software Stata.

Como esperado, a região nordeste detinha maior participação relativa na pobreza nos dois anos. Esses percentuais alcançaram em 2016 48,32%, decaindo para 46,33% em 2021. Quanto à situação de domicílio, a zona urbana, embora tivesse menores índices de pobreza, corroborou 69,73% em 2016 e 74,47% em 2021 para proporção de pobres total do país.

Em suma, os dados das decomposições evidenciaram que o perfil da pobreza no Brasil era composto por: aumento da participação das mulheres, pardos, pessoas com ensino fundamental incompleto, pessoas ocupadas no mercado de trabalho, forte participação dos indivíduos ocupados no setor da agricultura, da região Nordeste, da zona urbana. Portanto, ressalta-se que esses grupos precisam de atenção em termos de políticas públicas.

Entre 2016 e 2021 foram identificadas as principais mudanças na composição da pobreza no Brasil. Houve aumento da participação de pessoas com ensino superior, das mulheres, e alta participação na pobreza de pessoas ocupadas no mercado de trabalho, o que coloca em evidência a qualidade dos postos de trabalho gerados. Quanto o ponto chave na

análise foi a caracterização de renda média domiciliar *per capita*, a do setor agrícola apresentou uma das menores rendas. Nesse sentido, algumas indagações em torno desse setor se volta para a má remuneração e condições de trabalho.

Com base no exposto, Hartmann et al, (2017) em “*Linking economic complexity, institutions, and income inequality*” indagam que o principal componente para explicar a desigualdade dos países e das sociedades está na estrutura produtiva. Ou seja, dependendo do que o país produz, pode-se observar mais ou menos desigualdade nas sociedades. Neste aspecto, os autores mostram a partir de dados do comércio internacional dos últimos cinquenta anos, para mais de cem países a composição do mercado mundial de um determinado produto em termos de exportações e o ponderam com base na desigualdade em termos de percentil de renda. Com isso, eles mostram que existem produtos do comércio internacional associados a elevados e baixos índices de desigualdade. Segundo os autores, os piores índices de desigualdade são de bens agrícolas como soja e minério de ferro e os melhores índices são bens da indústria *hi tech e medium tech*, especialmente manufaturas, ou seja, "máquinas" que fazem "máquinas". Intuitivamente, em linhas gerais, quanto mais complexo e sofisticado seja o produto que o país produza, maior será a cadeia produtiva em termos de estrutura, remuneração e qualidade de emprego necessária para se produzir. Sendo assim, a estrutura produtiva dos países condiciona a desigualdade (HARTMANN, 2017).

No caso de países como o Brasil, a desigualdade e a pobreza se explicam pelos processos históricos concentradores. A forma de constituição do mercado de trabalho, mediante a predominância da informalidade e da desigual distribuição de renda, sendo um dos principais condicionantes da pobreza no país.

6- Considerações finais

A palavra que definiu os anos de 2020 e 2021 foi “incerteza” em grande parte do mundo, ou seja, quando não se tem informações ou elementos suficientes para ancorar expectativas e projeções em um futuro próximo ou mais distante. Contudo, também foi um período de muito questionamento acerca dos impactos econômicos e sociais causados pela Covid-19. No caso do Brasil, essas indagações foram ainda mais vertiginosas entre os especialistas em economia, no ponto de vista de desempenho no curto prazo. Em outras palavras, os impactos econômicos no Brasil foram causados de fato pela crise sanitária global, ou, o país já estava predestinado a uma forte recessão econômica?

Bom, há de considerar a performance histórica da economia brasileira neste caso, em função do que aconteceu em décadas passadas, ou até mesmo quatro anos antes da pandemia. O fato é que, a trajetória econômica e social do país condicionou uma situação de sensibilidade a qualquer choque ou externalidade que afete diretamente a economia do país. Ao passo que a camada mais pobre da população sempre foi e vai ser a mais impactada quando isso acontecer.

Desta forma, o objetivo central deste estudo foi analisar justamente essa camada da população que é a mais afetada em crises, com o intuito principal de identificar um perfil para pobreza em nível de renda no Brasil, analisando dois anos historicamente conturbados economicamente.

Portanto, verificou-se um perfil de pobreza comumente previsível no contexto social histórico do país. Contudo, em ambos os subgrupos analisados, observou-se uma crescente evolução da insuficiência de renda dos indivíduos abaixo da linha de pobreza. Em síntese, 2016 foi um ano com níveis elevados de proporção de pobres, porém essa situação se intensificou expressivamente em 2021 com a incidência da Convid-19. Outrossim, vale salientar a crescente desigualdade de renda entre os pobres mensurada pelo índice FGT de pobreza média ao quadrado.

Sendo assim, o perfil de pessoas abaixo do limite monetário de bem-estar no Brasil é composto majoritariamente por mulheres, pessoas autodeclaradas pardas, pretas ou indígenas, com menos de 1 ano de ensino ou no máximo ensino fundamental incompleto. Quanto ao mercado de trabalho, o perfil é bem dinâmico, dado que se o nível de desemprego cai consideravelmente, como foi o caso de 2021, o percentual de pessoas desocupadas tende a aumentar proporcionalmente à queda de pessoas ocupadas. Porém, as pessoas ocupadas expressaram um maior peso populacional e participação relativa na composição deste perfil em ambos os anos analisados.

Ademais, em níveis territoriais, as regiões nordeste e sudeste compunham a maior parcela de indivíduos em situação de insuficiência de renda tanto em 2016 quanto em 2021. Mormente, o setor de agricultura contribuiu assustadoramente para a pobreza do país, fato este, que pode ser justificado pela baixa remuneração desse setor produtivo e sua estrita relação com os domicílios rurais. Contudo, por apresentarem maior porcentagem na população total do Brasil, os domicílios urbanos acabam contribuindo mais expressivamente para a pobreza total do país. Porém, a pobreza é mais intensa na população rural.

Por fim, foi levantado no início do estudo a alta complexidade de se analisar a pobreza. Portanto, em trabalhos futuros se faz necessário um rigor maior no contexto empírico e multidimensional, no que tange diferentes abordagens utilizadas na mensuração da pobreza.

Referências

- BACEN. Taxas de juros básicas – Histórico: Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic. gov.br, 2022.
- BACEN. IBC-Br - atividade econômica var. % em 12 meses, dados mensais. gov.br, 2022.
- BACEN. IBC-Br - Taxa de desocupação – desemprego%, dados trimestrais divulgados mensalmente. gov.br, 2022.
- BELLU, Lorenzo Giovanni; LIBERATI, Paolo. Impacts of policies on poverty: The definition of poverty. 2005.
- CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1052-1063, 2020.
- CARVALHO, André Cutrim et al. Implicações socioeconômicas da Covid-19 no Brasil e no mundo. 2022.
- COSTA, Alfredo Bruto da. Conceito de pobreza. *Estudos de Economia*, v. 4, n. 3, p. 275-296, 1984. (COSTA, 1984)
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, p. 1-12, 2002.
- DIEESE, Equipe Técnica. A pandemia do coronavírus e a anemia da economia brasileira. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 17, 2020.
- DUCLOS, Jean-Yves; ARAAR, Abdelkrim. **Poverty and equity: measurement, policy and estimation with DAD**. IDRC, 2006.
- HARTMANN, Dominik et al. Linking economic complexity, institutions, and income inequality. *World development*, v. 93, p. 75-93, 2017.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda: medidas de desigualdade e pobreza. 1998.
- HOFFMANN, Rodolfo. Relações entre pobreza absoluta, renda média e desigualdade da distribuição de renda. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 25, n. 2, p. 337-358, 1995.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, 2002.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. Inflação por faixa de renda – Dezembro/2021. IPEA, 2022.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NERI, Marcelo. **Mapa da Pobreza**. Brasil. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social.

OREIRO e PAULA. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. 2019.

POVERTY, Oxford et al. Global Multidimensional Poverty Index 2018: The most detailed picture to date of the world's poorest people. **University of Oxford, UK**, 2018.

PIRES, Manoel Carlos. Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão brasileira. **Brazilian Keynesian Review**, v. 2, n. 2, p. 247-251, 2016.

PIZZIO, Alex. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. **Revista Ágora, Salgueiro-PE**, v. 5, n. 1, p. 96-117, 2010.

RAMA, Marcia; FERNÁNDEZ, Maria Dolores. Measurement of poverty in Uruguay. **In: En: Poverty statistics: Santiago Seminar**, 7-9 May, 1997-LC/R. 1814-1998-p. 113-124. 1998.

ROMÃO, Maurício EC. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 4, p. 355-370, 1982.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011-2014. **Nova Economia**, v. 25, n. spe, p. 803-833, 2015.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. 2009.

SPICKER, Paul. **Poverty and social security: concepts and principles**. 2013.

WORLD BANK. PPP conversion factor, GDP (LCU per international \$) - Brazil. Disponível em: [Link](#)